

**MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS CICLOS DE
PRODUÇÃO EXTENSIVA E INTENSIVA EM MATO GROSSO DO
SUL: impactos na ocupação da mão de obra agrícola (1970-2014)**

**MODERNIZATION OF AGRICULTURE AND THE EXTENSIVE
AND INTENSIVE PRODUCTION CYCLES IN MATO GROSSO DO
SUL: impacts in the agricultural workforce occupation (1970-2014)**

Alexandre de Souza Corrêa

Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio/UNIOESTE;
Professor/UFGD.
alexandrecorreia@ufgd.edu.br

Jandir Ferrera de Lima

Doutor em Desenvolvimento Regional/Universidade do Québec/Canadá
Professor/UNIOESTE.
jandirbr@yahoo.ca

Resumo

Esse artigo analisa o comportamento da ocupação da mão de obra agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul, durante os ciclos de produção extensivo e intensivo que ocorreu no Brasil, a partir de 1970. A modernização na agricultura brasileira resultou em dois contextos: o primeiro, com o uso extensivo de tecnologias, de novas técnicas de produção, de créditos e de formação de complexos agroindustriais. O segundo o de uso intensivo da tecnologia e na exploração da mão de obra e das terras. No caso do Estado do Mato Grosso do Sul, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram que os modelos de produção agrícola sul-mato-grossense seguiram o ritmo nacional, o que estimulou o êxodo rural e a urbanização do estado. Os ciclos causaram impactos sociais nos pequenos produtores rurais que não conseguiram adaptar-se aos novos modelos de produção. A partir de 2011, o setor agropecuário do Estado se restabeleceu, voltando a obter índices de ocupação verificados no início do século XXI, mas ainda apresenta entraves sociais e ambientais que emergem na questão agrária.

Palavras chave: Modernização. Fronteira agrícola. Estrutura Produtiva. Economia agrícola. Economia sul-mato-grossense.

Abstract

This essay analyzes the behavior of the agricultural workforce occupation in the State of Mato Grosso do Sul, during the extensive and intensive production cycles that happened in Brazil, starting from 1970. The modernization of Brazilian agriculture resulted in two contexts: the first one, with the extensive use of technologies, new production techniques, credits and the formation of agroindustrial complexes. The second was the intensive use of technology in the exploration of lands and the workforce. In the case of the State of Mato Grosso do Sul, the data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) report that the sul-mato-grossense agricultural production models

followed the national rhythm, which stimulated rural exodus and the State's urbanizing. The cycles caused social impacts for the small rural producers who could not adapt to the new production models. Starting from 2011, the State's livestock farming sector reestablished itself, once more starting to earn occupation indexes verified at the start of the XXI Century, but it still displays social and environmental issues that emerge in the agrarian question.

Keywords: Modernization. Agricultural frontier. Productive Structure. Agricultural economy. Sul-mato-grossense economy.

Introdução

A modernização da agricultura brasileira é distinguida pelo processo de transformação do padrão tecnológico produtivo, que teve um início modesto a partir da década de 1930 e se intensificou fortemente nas décadas de 1960 e 1970. Para o Estado de Mato Grosso do Sul, este processo foi marcante a partir da década de 1970, com um ciclo de modernização que transformou as estruturas agrárias e produtivas do Estado.

Conforme apontado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007), a formação social e econômica de Mato Grosso do Sul estão atreladas a políticas nacionais de inserção da Região Centro-Oeste em três momentos: no período colonial, por meio da atividade extrativista de mineração, pecuária e erva-mate, conduzidas por vias de acessos de bacias hidrográficas que abasteciam também o mercado externo; em um segundo momento por meio da política nacional "Marcha para o Oeste", marcado pela forte presença do Estado Nacional e impulsionado pela construção de Brasília, bem como a abertura de vias de acesso que articularam a industrialização e a modernização agrícola da região e; um terceiro momento, objeto de estudo deste trabalho, que resulta no crescimento e na modernização econômica da agricultura, estes iniciados a partir da década de 1970, baseado no agronegócio integrado à agroindústria e/ou ao comércio internacional.

Estas condições solidificaram um perfil de desenvolvimento rural que culminou em aspectos contraditórios, pois o modelo agrícola atual proporciona uma alta produtividade de determinados produtos que abastecem o mercado interno e cumpre um papel importante no comércio de *commodities* em âmbito mundial. Contudo, mesmo com indicadores agropecuários considerados de boa importância para o cenário macroeconômico brasileiro, há de se destacar que existem problemas na estrutura agrária, como a concentração de terras e a pobreza no meio rural.

Ferrera de Lima et al (2005), em estudo realizado sobre os ciclos de produção extensiva e intensiva na agricultura brasileira, já argumentaram que o processo de modernização das atividades rurais no Brasil foi ligado aos ciclos econômicos, sendo que em cada ciclo houve uma adaptação do setor primário a novas formas de produção, a fim de gerar mais excedentes, que causaram impactos na ocupação e utilização da mão de obra agrícola. Constataram como exemplo, a ruptura do uso da mão de obra escrava e a introdução da mão de obra assalariada nos cafezais paulistas e destacaram a chamada “Revolução Verde” a partir de 1950, como um marco de um novo ciclo agropecuário brasileiro, o avanço tecnológico agrário.

Neste contexto, esta pesquisa analisa o impacto dos ciclos de produção agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul, entre as décadas de 1970 e 2010, na ocupação e remuneração de mão de obra agrícola, destacando o quantitativo da população urbana e rural. Assim, o trabalho está dividido em uma primeira parte que analisa os ciclos de produção e as formas que os caracterizam em âmbito estadual, regional e nacional. Em um segundo momento, é realizado um estudo sobre o comportamento da mão de obra agrícola através de uma análise descritiva de dados estatísticos coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio dos Censos Agropecuários, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de outros relatórios que se encontram referenciados no texto.

Ciclos de produção agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul

O avanço tecnológico na produção agrícola brasileira na década de 1960 serviu como base para a chamada “Revolução Verde”, que caracterizava o uso de técnicas agrícolas modernas que aumentassem a produtividade, como maquinários e técnicas especializadas, o uso de sementes adaptadas e o uso de produtos químicos. Isso definiu os desdobramentos da atividade rural brasileira se deu através de três formas: i) Renovação Tecnológica: substituição de técnicas tradicionais por técnicas atualizadas com base no conhecimento científico e tecnológico; ii) Comercialização Agrícola: da agricultura de subsistência para a agricultura comercial, com o mercado de trabalho assalariado e; iii) Processo de Industrialização: processamento industrial de produtos agropecuários, já impulsionado por políticas industriais, e urbanização de áreas rurais (FERRERA DE LIMA et al, 2005).

Para a Região Centro-Oeste e, respectivamente, para Mato Grosso do Sul, estas formas podem ser evidenciadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007),ⁱ que destaca um novo ciclo de crescimento econômico e modernizador da economia do Centro-Oeste, entre as décadas de 1970 e 1990. Esse Plano combina integração físico-territorial e comercial com ocupação econômica e demográfica da fronteira oeste. Assim, através do Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), houve um incentivo no uso racional dos Cerrados e a entrada de grandes agroindústrias na Região, sob o aporte do processo de industrialização brasileira e dos avanços tecnológicos e científicos promovidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Neste sentido, a modernização agrícola é caracterizada por um processo induzido pelo avanço da ciência e tecnologia moderna, que gera aumentos na produtividade e a redução do uso de mão de obra intensiva no processo produtivo agrícola (ABRAMOVAY, 1992). Contudo, este processo aconteceu em graus diferentes de modernização entre grandes e pequenas propriedades agrícolas, o que culminou em produtores altamente capacitados tecnologicamente e outros menos especializados, que em boa parte acabaram excluídos do processo de produção moderno, impactando no deslocamento da mão de obra rural para o urbano.

Assim, o processo de modernização está associado à urbanização acelerada que denotam mudanças na estrutura produtiva, tanto rural quanto urbana. Estas mudanças são caracterizadas pela transição de um sistema econômico de baixa produtividade *per capita*, para outro de produtividade elevada. Isto é explicado pelo excedente de capital acumulado nas atividades agropecuárias que se transferiu para outras atividades mais rentáveis, deslocando a população rural para os grandes centros urbanos. Este processo é cíclico, ou seja, pois sempre precisa de novos impulsos e intervenções para se reproduzir e se desenvolver. E este processo pode ser dividido em dois grandes ciclos tecnológicos e de novas formas de organização produtiva no Brasil: o ciclo Extensivo, entre 1960 e 1980; e o ciclo Intensivo, a partir de 1980 (KON, 1998; FERRERA DE LIMA et al, 2005).

A trajetória tecnológica da agricultura brasileira compreendeu três movimentos importantes sobre a expansão da fronteira agrícola: O primeiro movimento (1960-1975) resultou em fortes investimentos subsidiados pelo Estado, que levou o Centro-Oeste à

segunda fase da expansão da fronteira agrícola (1975-1990), pois já na década de 1980 se transformou na região maior produtora de grãos no Brasil. A partir de 1990 ocorre a terceira fase da fronteira agrícola, que é marcada pela expansão da produtividade agrícola nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (VIEIRA FILHO, 2014).

Contudo, para compreender a ocorrência dos ciclos extensivos e intensivos em Mato Grosso do Sul, deve-se considerar que o primeiro ciclo ocorre de forma acelerada a partir de 1970, já com sinais de esgotamento da fronteira agrícola da Região Sul e Sudeste, que geraram difusões de tecnologias e organizações produtivas para os estados da região Centro-Oeste. Já o segundo ciclo acompanha o ciclo brasileiro, ou seja, ele ocorre a partir de 1980, com o uso intensivo de insumos e maquinários.

Ciclo tecnológico extensivo e reorganização produtiva agrícola no Mato Grosso do Sul (1970-1979)

Em meados do século XX, o desenvolvimento rural brasileiro passava por indefinições de sua estrutura produtiva, com a produção de forma arcaica e nenhuma produção de culturas voltadas para o mercado externo, como ocorrera anteriormente com a cana-de-açúcar, café etc. Nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste no Brasil, até a década de 1960 a prática da cultura itinerante, na exploração de matas virgens em busca de solos férteis, foi o padrão de produção agrícola (ALVES, 2008).

Neste sentido, a percepção das lideranças rurais e gestores públicos era de que o desenvolvimento rural brasileiro estava atrelado à superação de técnicas rudimentares de produção. Assim, o uso de novos métodos levaria ao aumento da produtividade da terra e do trabalho. Ou seja, estes aspectos estavam ligados ao que caracterizava a política brasileira de promover e fortalecer o processo de industrialização.

O progresso técnico e a expansão da fronteira agrícola foram os principais condicionantes para um modelo de produção rural extensiva que se utilizava de abundância de terras, mão de obra elástica e barata, e do clima tropical. Surge, no entanto, um novo processo de organização do trabalho e do capital, em que as propriedades rurais se atrelaram a empresas agromercantis, que fortaleceram a expansão da fronteira agrícola e do uso da mão de obra com níveis salariais próximos a subsistência: “Esse uso extensivo das terras e as técnicas rudimentares eram as formas mais rentáveis de produção, pois exigiam poucos investimentos na recuperação dos

solos e dispunham de uma força de trabalho abundante” (FERRERA DE LIMA et al, 2005, p. 97).

O papel do progresso técnico era dar suporte via instrumentalização para aumentar a produtividade da terra e do trabalho, submetendo, desta maneira, o processo produtivo ao capital. Este progresso, iniciado na década de 1960 marca uma mecanização extensiva das lavouras, o uso de produtos químicos e a produção agroexportadora (GRAZIANO DA SILVA, 1981)

Este processo modernizante ocorre em Mato Grosso do Sul a partir de 1970, com o esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, devido ao acesso facilitado da terra, por apresentarem preços baixos. Assim, inicia-se no estado, o desenvolvimento das culturas da soja e do trigo. Estas culturas são acompanhadas pelo progresso técnico, porém, ainda que de forma inicial, pois muitos produtores utilizavam-se de maquinários trazidos do estado de origem (MIZUSAKI, 2001). A evolução desta modernização, tanto no Brasil como em Mato Grosso do Sul pode ser verificada na Tabela 01.

Tabela 01: Tratores e Uso de Fertilizantes no Brasil (BR) e Mato Grosso do Sul (MS) (1970-2006)*

Anos	Nº Tratores		Ha/Trator		Estabelecimento / Trator		Estabelecimentos que usaram fertilizantes e defensivos (1.000 ton.)	
	BR	MS	BR	MS	BR	MS	BR	MS
1970	165.870	-	1.773	-	30	-	-	-
1975	323.113	12.291	1.002	2.334	15	5	4.993.252	57.853
1980	545.205	23.162	669	1.327	9	2	5.159.851	47.943
1985	665.280	31.076	564	1.001	9	2	5.801.809	54.631
1995	803.742	36.387	440	850	6	1	4.859.865	49.423
2006	788.053	34.130	450	775	7	2	5.175.489	64.862

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006). Adaptado pelos autores.

* Para 1970, alguns dados não estão disponíveis.

Ao verificar os dados da Tabela 01, se nota que o número de tratores aumentou de forma significativa entre as décadas de 1970 e 1990, apresentando um crescimento de 149% no Brasil e 196% em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1975 e 1995. Estes aumentos refletem na relação tratores por estabelecimentos, conjecturando de que o Estado de Mato Grosso do Sul inicia seu ciclo de produção extensivo agrícola com um país já em processo de modernização, com o uso de apenas 5 tratores por

estabelecimentos já em 1975. Mas no último período, de 1995 a 2006, houve queda no uso de tratores, uma vez que, o processo de modernização já estava consolidado ainda na década de 1980, e que máquinas agrícolas menos potentes e produtivas foram sendo substituídas por máquinas com capacidade tecnológica melhorada e mais produtiva. Quanto ao uso de fertilizantes e defensivos (agrotóxicos) percebe-se uma taxa média de 2% no Brasil e 5% em Mato Grosso do Sul, entre 1970 e 2006. Sendo que nos últimos dez anos, o estado apresentou um crescimento de 31% e o país 6%.

A expansão do uso de insumos agrícolas, (de maquinários agrícolas a fertilizantes, rações etc.) levou a agricultura brasileira ao patamar de mercado de bens de consumo para um mercado de meios industriais de produção, quer como compradora de insumos quer como vendedora de outros (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Estas condições viabilizaram um condicionamento dos produtores agrícolas sobre a dependência do capital industrial e financeiro. Ou seja, o Estado viabilizou por meio de subsídios e acesso facilitado ao crédito, a capitalização das propriedades para a expansão do cultivo de grãos de alta rentabilidadeⁱⁱ.

A capitalização das propriedades rurais impactou na estrutura produtiva da agropecuária brasileira, pois, houve um crescimento das empresas agrárias ou agromercantis até a década de 1980, com a finalidade de facilitar: o uso de recursos oferecidos pelo Estado; a comercialização e; a difusão de novos métodos de produção através de novas tecnologias. Para o Mato Grosso do Sul estes aumentos podem ser observados na Tabela 02.

Tabela 02: Propriedade de Terras Segundo a Condição do Produtor – Área (%) Mato Grosso do Sul (1975-2006)

Anos	Propriedade Individual	Propriedades Societárias				Total
		Cooperativas (CPAs) e Empresas*	Condomínios e Sociedades	Entidade Pública	Outros	
1975	83,64	6,86	7,70	1,75	0,02	16,33
1980	75,55	10,97	12,09	1,37	0,02	24,45
1985	74,78	9,92	13,55	1,17	0,57	25,22
1995	77,99	11,11	10,28	0,57	0,04	22,01
2006	84,43	8,36	6,20	0,07	0,75	15,57

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006). Adaptado pelos autores.

*Não inclui a área das propriedades individuais associados às cooperativas, mas tão somente as áreas de propriedade de cooperativas.

Os dados da Tabela 02 demonstram que as cooperativas; empresas e condomínios no Estado tiveram um aumento significativo durante o ciclo tecnológico expansivo. Cooperativas e Empresas somaram 71,0% de expansão entre 1975 e 1980, enquanto que condomínios e sociedades apresentaram um crescimento de 68,0% entre estes mesmos cinco anos. Nos demais períodos, percebe-se a contínua concentração da propriedade individual, enquanto empresas e condomínios apresentaram ligeiras quedas na expansão.

O que ocorreu entre 1960 e 1979 com a expansão da modernização agrícola extensiva no Brasil aconteceram de forma acelerada em Mato Grosso do Sul em um curto período de dez anos, entre 1970 e 1980. Com estas expansões, o modelo que se seguiu a partir da década de 1980 refletiu no uso intensivo de insumos de capital e mão de obra, as quais serão analisadas com mais especificidades nas próximas seções.

Ciclo tecnológico intensivo agrícola no Mato Grosso do Sul (1980-2014)

Este ciclo de produção agrícola é caracterizado pelo uso dos meios de produção de forma intensiva, com o objetivo de produzir grandes quantidades de culturas que atendesse a demanda do mercado externo ou aos complexos agroindustriais capazes de gerar demandas por máquinas e insumos químicos. Com novas dinâmicas produtivas através da incorporação de tecnologias na base técnica da produção, foi preconizada a busca constante da produtividade, via substituição da força de trabalho humana pela força mecânica, do uso de irrigação, adubos, defensivos agrícolas etc.

A transição do modelo extensivo para o intensivo também pode ser compreendida pelas mudanças do chamado Complexo Rural para os Complexos Agroindustriais, que distinguem a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A estrutura agrária do Brasil passou de um padrão agrário com conexões acentuadas entre agricultura e indústria (1930-1960) para um padrão agrário moderno e predominantemente industrializado (pós 1960), cujas atividades agrárias surtiram na firmação do complexo agroindustrial, de uma estrutura agrária cada vez mais internacionalizada e especializada na produção de “*commodities*” (MÜLLER, 1989).

Os reflexos desta estrutura agrária moderna que se introduz fortemente em Mato Grosso do Sul, se resumem pelas políticas públicas federais, intencionadas com a

expansão da fronteira agrícola da região Centro-Oeste. Isto permitiu ao Estado absorver este modelo de uso intensivo de tecnologia na estrutura produtiva agrícola na década de 1980, mesmo com a escassez de subsídios do Estado devido à crise financeira, políticas de Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a crise da dívida externa.

Neste sentido, observa-se uma descapitalização do produtor rural, na medida em que elevam os preços dos combustíveis, insumos e juros, forçando o Estado a adotar medidas para continuar garantindo o nível de acumulação das classes econômicas prejudicadas com o cenário da crise, expandindo a agricultura empresarial. Estas medidas se alinham a investimentos em unidades esmagadoras de soja, na produção do farelo e óleo. Assim, a estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul termina a década de 1980, com indústrias esmagadoras de soja e indústrias voltadas para a avicultura e suinocultura, ou seja, a indústria agroalimentar substitui em boa parte o Estado no financiamento dos agricultores (GRAZIANO DA SILVA, 1994; MIZUSAKI, 2001).

Silva (2000) ao tratar da expansão das agroindústrias no Mato Grosso do Sul esclarece três aspectos que determinaram a consolidação do Complexo Agroindustrial no Estado: o primeiro foi à existência de um contingente expressivo de pequenos agricultores familiares remanescentes de diversos projetos de colonização implantados entre as décadas de 1930 e 1960; o segundo aspecto foi à disponibilidade de malha viária que possibilitou o rápido escoamento da produção de unidades de abate e beneficiamento; e, o terceiro foi a “mistura” regional de habilidades e recursos que o Estado adquiriu com o processo modernizante, pois a soja e o milho se destacam na produção, seja para atender a demanda internacional ou para fabricação de rações utilizados na alimentação de suínos e frangos.

A estrutura fundiária evoluiu em moldes concentrador e excludente, ocasionando na divisão de três classes agrárias, a classe altamente industrializada, ligada a agroindustrialização com posse de terra que variavam em torno de 25 a 100 hectares; a classe altamente capitalizada e modernizada, estas por possuírem grandes extensões de terras, acima de 1000 hectares, e que não dependiam diretamente das agroindústrias e; a classe excluída da integração agricultura e indústria, com cerca de 50 hectares e dependente de estímulos do Estado para produzirem (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

A estrutura agrária, reforçada pelo processo de modernização, sempre foi centrada na grande propriedade e com elevada concentração de terra, repercutindo

negativamente na ocupação agrícola. Estes elementos resultam na exclusão de uma classe de trabalhadores agrícolas que impulsionaram o êxodo rural brasileiro, configurando num processo de urbanização acelerado e intenso, que modificaram o perfil social dos agricultores (GRAZIANO DA SILVA, 1994; SILVA, 2000; MARANGONI, 2007).

Ciclos de produção, distribuição e a remuneração da mão de obra ocupada na agricultura sul-mato-grossense

A transição do ciclo extensivo para o intensivo em termos de estrutura do trabalho na agricultura culminou em fortes mudanças nos rendimentos dos trabalhadores rurais, conforme pode ser verificado a partir da Tabela 03. Observa-se que em meio à consolidação da modernização e da fronteira agrícola no estado, a classe “sem rendimentos” aumentou em torno de 49,7% de 1985 a 1995. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2015), a classe “sem rendimentos” é representada por um grupo familiar que auxiliam na produção, mas não auferem renda, apenas benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc.

Tabela 03: Distribuição percentual das pessoas com 10 ou mais anos de idade, segundo Classe de Rendimento e Situação de Domicílio (*) – Em Salários Mínimos, Mato Grosso do Sul (1985, 1995, 2005 e 2014)

Classe de Rendimento	1985			1995			2005			2014		
	Urbano	Rural	Total									
Até 1	26,1	27,8	26,6	15,7	16,3	15,8	23,5	23,3	23,4	21,2	25,4	21,7
De 1 a 2	25,1	36,0	28,1	16,2	11,0	15,4	23,0	23,3	23,1	26,6	27,4	26,7
De 2 a 5	25,1	16,2	22,7	16,9	16,8	16,9	13,5	10,5	13,1	21,2	14,9	20,5
De 5 a 10	10,2	3,5	8,3	7,1	2,3	6,3	5,0	1,8	4,6	5,6	2,9	5,3
De 10 ou mais	7,1	2,0	5,7	4,6	2,9	4,4	2,6	0,4	2,2	2,1	0,8	1,9
Sem Rendimentos	6,4	14,5	8,6	39,5	50,7	41,2	32,4	40,7	33,6	23,3	28,6	23,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Dados PNAD, 2015. Adaptado pelos autores.

* Não foram consideradas as pessoas incluídas na categoria “sem declaração”.

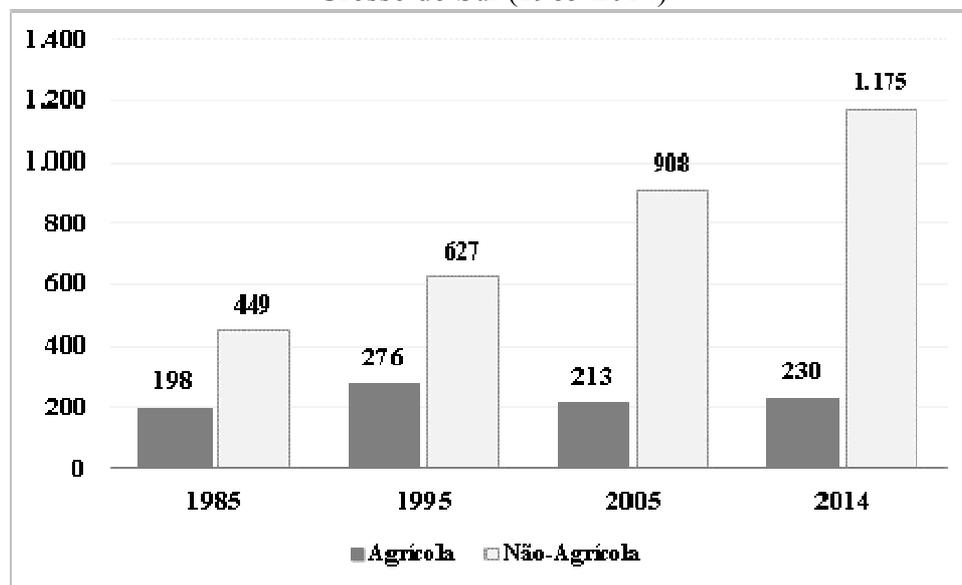
O elevado aumento da classe “sem rendimentos” coaduna-se com a redução das classes de “até 1 salário mínimo” e de “1 a 2 salários mínimos”, com decréscimos de (-15,3%) e (-10,0%) respectivamente. Logo, percebe-se a acentuada pobreza rural que se desdobra sob resquícios de uma modernização com dificuldades de absorção de setores altamente produtivos que forçou a exclusão do homem no campo.

Entre 1985 e 2014, houve uma redução na participação do rendimento rural de todas as classes com exceção da classe “sem rendimentos”, que ainda continua com a participação bastante significativa em 2014. No âmbito geral, as reduções nas participações foram de (-8,9%) para a classe de “até 1 salário mínimo”; (-23,8%) para a classe de “1 a 2 salários mínimos”; (-8,0%) para a classe de “2 a 5 salários mínimos”; (-17,1%) para a classe de “5 a 10 salários mínimos”, (-60,0%) para a classe de “10 ou mais salários mínimos”. Já a classe dos “sem rendimentos” apresentaram um aumento de 97,2% entre 1985 a 2014 (Tabela 03).

As políticas de empregos adotadas a partir da década de 1990 evidenciaram uma redução no trabalho agrícola, contudo em termos de ocupação em atividades agrícolas houve um crescimento do número de pessoas que se dedicaram a esta atividade em tempo parcial ou de autoconsumo, destacando o segmento da agricultura familiar, apesar do rendimento continuar baixo, especialmente das pessoas que vivem em áreas rurais. As ocupações não agrícolas foram os principais elementos que seguiu pessoas no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1994). A Figura 01 permite visualizar a população em Ramos de Atividade Agrícola e Não-Agrícola no Mato Grosso do Sul.

Por meio da Figura 01, nota-se que a População Economicamente Ativa (PEA) está se transferindo cada vez mais para as atividades não agrícolas. Entre os períodos de 1985 e 1995, a PEA não agrícola cresceu 39,5%, entre 1995 e 2005 cresceu 44,9%, e no último período (2005-2014) 29,4%. Contrastando com as atividades agrícolas, a PEA agrícola aumentou em torno de 38,9% no primeiro período (1985-1995), após este período apresentou uma queda de (-22,7%) em 2005, e no último período de análise houve um crescimento modesto de 7,9%.

Figura 01: Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) de 10 anos ou mais por Situação de Domicílio e Ramos de Atividade Principal (x 1000) – Mato Grosso do Sul (1985-2014)



Fonte: IBGE – PNAD (2015). Elaboração própria.

Se considerar os últimos quase 30 anos na análise, tem-se um crescimento de 162% das atividades não agrícolas no estado contra apenas 16% das atividades agrícolas. Em termos de participação entre as duas atividades, a população em atividade não agrícola manteve-se em cerca de 70% entre 1985 e 1995 chegando em 84% em 2014, ou seja, fica evidente a transferência da PEA de atividades agrícolas para atividades não agrícolas no Estado de Mato Grosso do Sul, este fato também pode ser observado para a região Centro-Oeste e Brasil.

Neste contexto, os estudos de Ferrera de Lima (2010) e Ferrera de Lima et al (2011) destacam que as regiões se dinamizam de um *continuum* urbano-rural para um *continuum* urbano-industrial, contudo podem haver regiões que dependam das atividades agropecuárias, devido a necessidade do processo de transformação de matérias-primas, ou seja, as atividades primárias acabam impactando de forma significativa na economia da região, permanecendo assim, em um *continuum* urbano-rural, como o caso das regiões interioranas do Sul do Brasil que têm o setor primário e terciário como base de seu produto interno, para Mato Grosso do Sul, estas características também podem ser observadas na Tabela 04.

Tabela 04: Mão de Obra Ocupada por Setores de Atividades – 1985-2014 (x 1.000)

Período	Setores	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	Brasil
1985	Agropecuária	198	957	15.190
	Indústria	102	594	11.784
	Serviços	326	1.902	24.516
	Outros	21	126	1.747
	Total	647	3.579	53.237
1995	Agropecuária	276	1.227	18.154
	Indústria	125	731	13.640
	Serviços	485	2.752	36.500
	Outros	17	87	1.334
	Total	902	4.797	69.629
2005	Agropecuária	215	1.120	18.168
	Indústria	307	1.705	30.986
	Serviços	645	3.612	44.744
	Outros	-	-	-
	Total	1.167	6.437	93.898
2014	Agropecuária	226	927	14.449
	Indústria	436	2.457	34.487
	Serviços	789	4.554	54.148
	Outros	96	697	8.629
	Total	1.547	8.635	111.713

Fonte: IBGE – PNAD'S (2015).

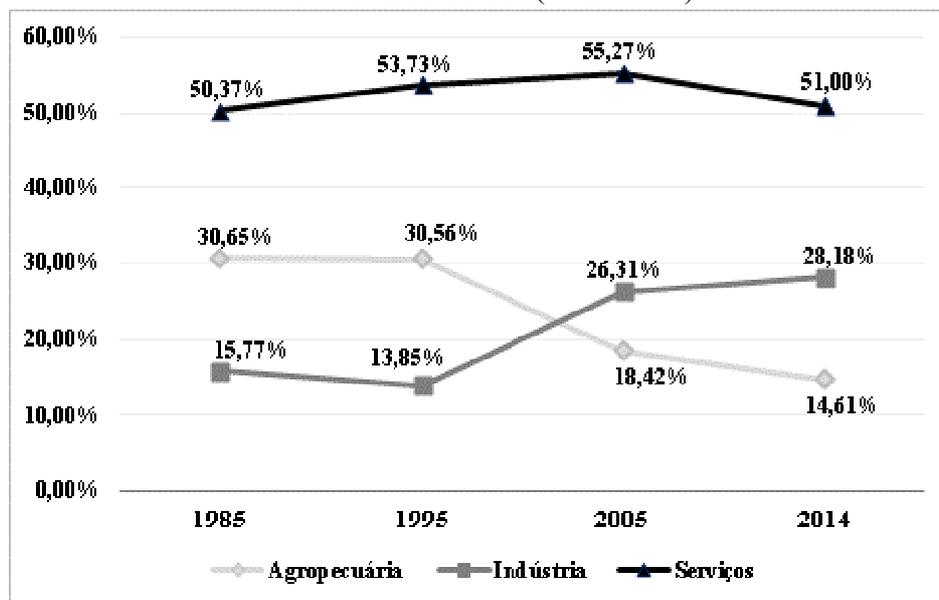
Nota: Outros – são as atividades mal definidas, que os censos não descrevem, não sendo possível agrupá-las nos três principais setores.

Os dados da Tabela 04 demonstram que o nível de ocupação do setor agropecuário no Estado de Mato Grosso do Sul apresentou oscilações com aumento de 39,2%, em 1995, para uma queda de (-22,0%), em 2005. Em 2014, o setor passou a ocupar mais de mão de obra no estado, ocorrendo um crescimento de 5,1% em comparação com 2005, enquanto a região Centro-Oeste e o Brasil apresentaram queda de ocupação de (-17,2%) e (-20,4%). Comparando de 1985 a 2014, o setor da agropecuária cresceu 14,0%, já a região Centro Oeste apresentou queda de (-3,0%) e o Brasil queda de (-4,8%).

Mato Grosso do Sul ainda é pouco representativo em termos de ocupação de mão de obra quando comparado em âmbito nacional, evoluindo de 1,2% para 1,4% de participação, demonstrando uma economia pouco dinâmica e dependente da agricultura e do setor de serviços, pois estes ainda foram os que mais contribuíram com a geração de mão de obra, mantendo uma taxa média de participação na economia nacional de 1,3%, enquanto a indústria 1,0% de média. Ao comparar os níveis de ocupações do

estado com a Região Centro-Oeste, evidencia-se o aspecto agrícola do estado, pois entre os períodos de 1985 e 2014, o setor agropecuário apresentou uma taxa média de participação de 21,6%, enquanto o setor industrial e de serviços apresentaram aproximadamente uma média de 17,5%.

Figura 02: Participação da Mão de Obra Ocupada por Setores de Atividade (Em %) – Mato Grosso do Sul (1985-2014)



Fonte: IBGE – PNAD's (2015).

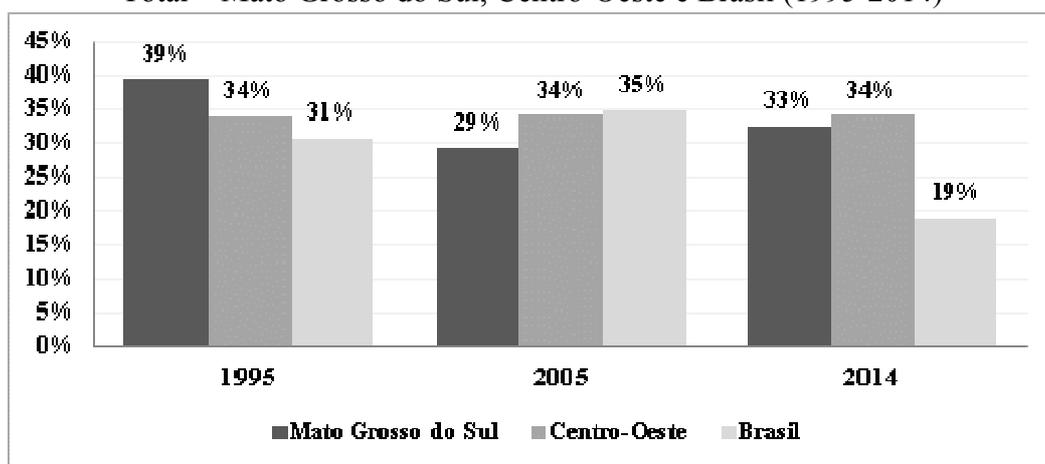
Já os níveis de participação dos setores em termos de ocupação de mão de obra estadual, podem ser verificados por meio da Figura 02. Pode-se observar que somente a partir de 1995 que o estado apresenta um processo de industrialização mais intensificado, com um crescimento de 146% na ocupação de mão de obra, ultrapassando o setor agropecuário, que no mesmo período, apresentou queda de (-22,0%), este cenário, também é observável para o Centro-Oeste e Brasil.

Este contexto demonstra um processo de agroindustrialização que ocorreu fortemente no início da década de 1990 através de capitais locais, e posteriormente, por capitais nacionais e internacionais, pois as indústrias do estado se expandiram no espaço regional com intensidade, passando a compor empreendimentos locais existentes e a introduzir novas atividades econômicas (SILVA, 2000). Assim, em 1995, havia várias indústrias de abatedouros de frangos e suínos, de laticínio e de óleo e farelo de soja.

Entre 2005 e 2014, o setor industrial apresentou um crescimento significativo, em torno de 42,3% e manteve um nível de participação crescente como aponta a Figura

02. Nas atividades agropecuárias o nível de participação em termos de ocupação continuou decrescente, apesar de ter apresentado um leve aumento de 5% de crescimento na atividade. O setor de serviços apresentou queda no nível de ocupação, mas manteve um crescimento significativo de 22,4%, acima da média nacional de 21,0%, porém abaixo da média regional de 26,0%.

Figura 03: Taxa de Crescimento da Mão de Obra Ocupada por Setores de Atividade - Total – Mato Grosso do Sul, Centro-Oeste e Brasil (1995-2014)



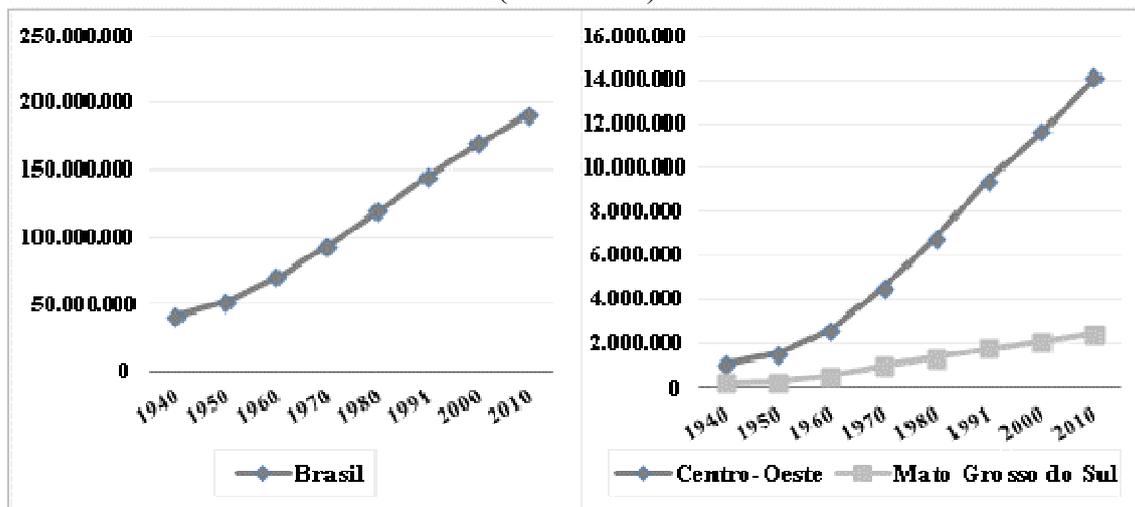
Fonte: IBGE – PNAD's (2015).

Os valores totais do Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul apresentaram uma evolução crescente entre 1985-2014, apenas o setor agropecuário apresentou taxas de crescimento negativas em âmbito nacional e regional. A Figura 03 permite verificar as taxas de crescimento de todos dos setores de 1995 a 2014.

Chamando a atenção para 2014, Mato Grosso do Sul e Centro-Oeste apresentaram uma evolução importante na ocupação de mão de obra, ficando acima do crescimento nacional. Estes aspectos estão ligados ao avanço dos setores de serviço e industrial, pois os dados da Tabela 04 e a Figura 02 convergem nessa perspectiva.

A Figura 04 demonstra os valores referentes à população total do Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul no período de 1940 a 2010. A população total do Brasil passou de cerca de 40 milhões em 1940 para cerca de 190 milhões em 2010, um crescimento de 363%. Contudo, a Região Centro-Oeste e o estado de Mato Grosso do Sul apresentaram taxas de crescimento bem acima da nacional, 1.192% para o Centro-Oeste, se destacando como a região que mais cresceu, e 926% para Mato Grosso do Sul.

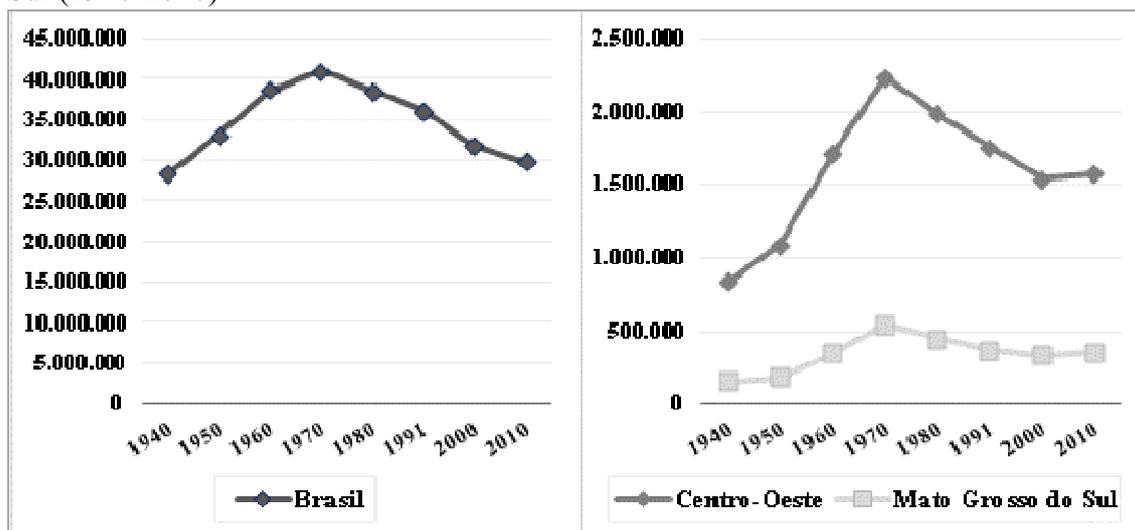
Figura 04: População Residente Total, Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul (1940-2010)



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) a partir do IBGE.

Contudo, este aumento da população total não ocorreu quando se analisa somente a população rural. Ao comparar as Figuras 04 e 05 percebe-se que a população brasileira está cada vez mais urbana, uma vez que a população rural evoluiu até a década de 1960, e a partir da década de 1970 e até 2010 vem diminuindo.

Figura 05: População Residente Rural, Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul (1940-2010)

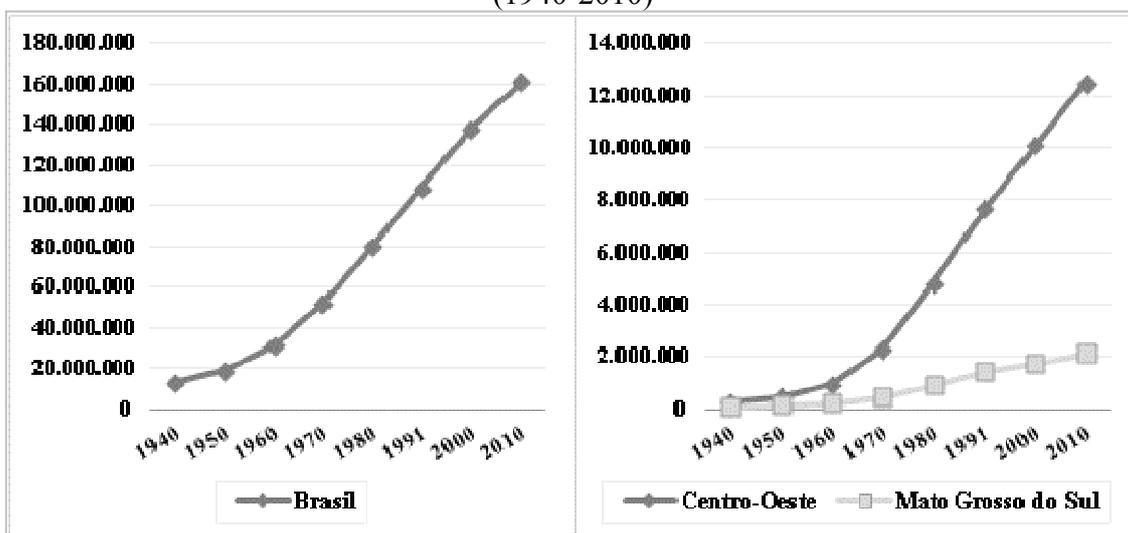


Fonte: Elaborado pelos autores. Dados extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) a partir do IBGE.

Na Região Centro-Oeste e no Mato Grosso do Sul a população rural também diminuiu a partir de 1970, com queda de (-11,4%) e (-17,5%) já em 1980. Por meio da Figura 05, é possível observar certa estabilidade da população rural a partir de 1990 em Mato Grosso do Sul, fato que explica o esgotamento da ocupação da fronteira agrícola no estado e na Região Centro-Oeste.

Outro fato importante, é que entre os anos de 2000 e 2014, tanto a região quanto o estado, apresentaram crescimento da população rural, sendo 2,0% no Centro-Oeste e 6,3% no Mato Grosso do Sul. Logo, para o estado, (ver Tabela 04), se percebe o aumento do setor agropecuário na ocupação de mão de obra. Se no Brasil a taxa de população urbana cresceu em torno de 66,6% e 66,4% nas décadas de 1960 e 1970 respectivamente, na Região Centro-Oeste este aumento foi em 1960 de 108,6% e em 1970 de 151,0%, e no Mato Grosso do Sul os aumentos foram em torno de 79,0% e 103,1%. Conforme a Figura 06 fica evidente o crescimento da população urbana em âmbito nacional, regional e estadual, confirmando um processo mais intensificado de urbanização no estado a partir de 1960.

Figura 06: População Residente Urbana, Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul (1940-2010)



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) a partir do IBGE.

Ao considerar o período de modernização agrícola e, conseqüentemente, de expansão da fronteira agrícola na região até o ano de 2010, tem-se um crescimento populacional urbano de 1.256,8% no Centro-Oeste e 843,11% no Mato Grosso do Sul.

Enquanto a população urbana em todo o Brasil apresentou 414,0% de aumento. Estas análises demonstram uma região e um estado cada vez mais consolidado em termos de urbanização, mas que ainda tem certa dependência do setor primário, como pode ser observado na estabilidade da população rural que não apresentou quedas no crescimento, mas sim pequenos aumentos. Neste sentido, cabe estudar o perfil da população ocupada no setor agropecuário, a fim de compreender o contexto histórico e atual desta atividade no estado.

População ocupada na agricultura em Mato Grosso do Sul

O perfil da população e mão de obra brasileira se modificou intensamente nas décadas de 1970 e 1980 como constados através dos dados apresentados. Mato Grosso do Sul não difere destas mudanças, tornando-o mais urbanizado ao longo das últimas décadas. Contudo, ao analisar, em específico a população rural agrícola, em termos de pessoas ocupadas e condição de atividades, compreende-se alguns detalhes importantes.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 05, o crescimento da PEA agrícola é muito superior ao PEA rural, pois o PEA agrícola apresentou um crescimento de 15,9% entre 1985 a 2014, enquanto o PEA rural decresceu (-2,1%), com destaque para o período de 1995/2002 com taxas de crescimento negativas de (-11,61%) para o PEA rural e (-28,92%) para o PEA agrícola. Estes aspectos são destacados por Graziano da Silva (1996) em que as mudanças estruturais na agricultura trouxeram impactos na mão de obra na década de 1990, como mecanizações ainda mais intensificadas nas operações de colheita e pós-colheita, reduzindo a mão de obra de trabalhadores temporários na atividade agrícola.

Outro aspecto importante é a redução do PEA rural e PEA agrícola no período de 2005/2011, com taxas de crescimento negativas de (-30,10%) e (-14,55%) respectivamente, estas taxas de crescimentos negativos podem ser explicadas pela redução do volume produzido e queda de preços nos produtos agrícolas e pecuários sofridos em meado da década de 2000, somam-se ainda problemas sanitários que afetaram o valor e volume comercializado (Vieira et. al, 2013).

Tabela 05: Pessoas Economicamente Ativas de 10 Anos ou Mais por Condição de Atividade (x 1000), Mato Grosso do Sul (1985-2014)

Anos	Mato Grosso do Sul					
	Rural	Urbana	Total	Agrícola	Não agrícola	Total
1985	180	484	663	198	449	647
1990	174	623	797	201	572	773
1995	190	770	960	276	627	902
2002	168	1005	1173	196	885	1081
2005	206	1020	1226	213	908	1121
2011	144	1200	1344	182	1098	1280
2014	176	1290	1466	230	1175	1405

Fonte: IBGE – PNAD's (2015).

Em termos de participação da População Economicamente Ativa rural e urbana sejam em atividades agrícola ou não agrícola, fica evidente a redução da PEA-rural, como pode ser verificado na Tabela 06.

Tabela 06: Distribuição Relativa da PEA Total e dos Desocupados por situação de domicílio (em %), Mato Grosso do Sul (1985-2014)

Domicílio	Mato Grosso do Sul						
	1985	1990	1995	2002	2005	2011	2014
PEA Total							
Rural	27,12	21,87	19,81	14,32	16,80	10,71	12,01
Urbana	72,88	78,13	80,19	85,68	83,20%	89,29	87,99
Desocupados							
Rural	8,25	6,66	2,81	4,30	3,81	3,13	3,23
Urbana	91,75	93,34	97,19	95,70	96,19	96,88	96,77

Fonte: IBGE – PNAD (vários anos).

Pela Tabela 06 se nota que ao longo do período 1985 e 2014, o número de desocupados (procurando emprego) que residiam na área rural reduziu de 8,25% para 3,23%. Ainda que possam ocorrer disputas no mercado de trabalho entre pessoas que residem no urbano ou rural, a redução de ‘desocupados’ e da PEA rural demonstrou que a pressão que havia no mercado de trabalho urbano não é mais originada da população rural. Outra questão a ser analisada é que as taxas elevadas de ‘desocupados’ em 2002 e 2005, confirmam com os dados da Tabela 05 e 07, com a perda de dinamismo econômico do setor agropecuário no Estado.

Nota-se na tabela 07 que a maioria das pessoas permanecem como empregadas no meio rural. Segundo os dados do PNAD, entre 1995 e 2005 o número de empregados caiu drasticamente, de 123 mil para 89.000 em 2002 e 93.000 no ano de 2005, a queda do período destes dez anos foi de (-27,8%). Logo após a crise do setor no estado como

destacado por Vieira et al (2013), o número de trabalhadores no campo aumentou, chegando a 127 mil em 2014, um crescimento de 36,56%.

Tabela 07: Distribuição das Pessoas Ocupadas na Agricultura, por posição na Ocupação (%), Mato Grosso do Sul* (1985-2014)

Anos	Empregados	Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados	Produção Próprio Consumo	Total – Brasil**
1985	60,31	19,58	5,79	14,32	0,00	1,31
1990	61,56	18,23	8,25	11,96	0,00	1,26
1995	44,74	15,30	4,21	17,41	18,34	1,52
2002	45,41	17,86	5,61	13,27	17,86	1,19
2005	43,46	19,16	6,54	7,48	23,36	1,18
2011	60,44	15,38	4,40	5,49	14,29	1,22
2014	55,22	15,22	2,17	4,78	22,61	1,59

Fonte: IBGE – PNAD. * Em relação ao total de pessoas ocupadas na agricultura do estado. ** Em relação ao total nacional de pessoas ocupadas agrícolas no Brasil.

Entretanto, o número de empregadores se manteve instável, pois diminuiu no período de crise (-30,0%), aumentou a partir de 2005 (17,1%) e reduziu em 2014 (-37,5%). Uma constatação importante, é que de todas as condições de atividades por pessoas na agropecuária, apenas a produção para o consumo próprio aumentou sua participação entre os anos de 1985 e 2014, este tipo de atividade está ligada à produção de bens agrícolas ou pecuários para a própria alimentação da unidade domiciliar.

Neste contexto, denotam-se dois aspectos do perfil da mão obra do meio rural sul-mato-grossense, o surgimento de uma nova classe produtiva de autoconsumo e o crescente aumento das atividades não agrícolas no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997; GADELHA E MALUF, 2008).

Antes a produção de autoconsumo era considerada um entrave no processo de modernização, nos últimos anos o cenário se modifica com a preocupação da segurança alimentar, em que alimentos sem agrotóxicos se tornam elementos chave para o acesso a alimentação segura. Este tipo de produção permite atender as famílias rurais de forma constante, dado que se torna cada vez mais relevante diante da concentração fundiária, das restrições ao acesso aos recursos naturais, dos baixos preços que recebem pelos produtos e da produção centrada em larga escala para exportação (GADELHA e MALUF, 2008).

Diante deste novo cenário, as atividades não agrícolas se tornam crescentes, as quais podem ser relacionadas em três aspectos: i) disseminação de indústrias e agroindústrias no meio rural; ii) aumento de atividades relacionadas a crescente

urbanização do meio rural, como moradia, turismo, lazer etc. e; iii) o aumento de sítios para lazer das famílias de classe média urbana, geralmente localizados na periferia das cidades (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

A trajetória tecnológica da agricultura brasileira precisa avançar na capacidade de absorção do conhecimento externo dos agentes, com intuito de aumentar a inclusão produtiva, e assim, criar ambientes alternativos para a mão de obra dos jovens residentes no rural que possam articular e se inserir no mercado de trabalho rural ou urbano (FERRERA DE LIMA et al, 2011; VIEIRA FILHO,2014). Contudo, apesar das propriedades com extensões de 500 hectares apresentarem forte grau de absorção de tecnologia, a região Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul ainda precisam difundir as tecnologias aos pequenos produtores, para completar o ciclo intensivo.

Conclusão

Com o objetivo de compreender o comportamento da ocupação da mão de obra agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul, durante os ciclos de produção extensivo e intensivo que ocorreu no Brasil, a partir de 1970, estabeleceu-se, por meio de revisão bibliográfica e de dados secundários estudar os impactos do processo de modernização agrícola sobre a ocupação e remuneração de mão de obra agrícola no Brasil, Centro Oeste e, especificamente, Mato Grosso do Sul.

O perfil dos produtores e da estrutura do emprego rural sofreram intensas mudanças desde a década de 1960, quando se acelera o processo de modernização agrícola. Estas mudanças, não atingiram todos os produtores, agricultores e propriedades agrícolas, culminando em um processo desigual, que pôde ser observado no Brasil, na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul.

Os efeitos dos ciclos extensivos e intensivos trouxeram uma forma de expansão diversificada no processo de industrialização no estado, ou seja, a partir de 1990 há um aumento de complexos agroindustriais que envolveram atividades tanto da agricultura (soja, trigo, milho etc.) quanto da pecuária (suinocultura, avicultura, laticínios, etc.). Este processo ficou evidenciado como um processo de agroindustrialização que teve como base as políticas de incentivos a modernização agrícola ocorridas no início da década de 1970.

O modo de produção extensiva ocorrido no Brasil no início da década de 1960 e que perdurou até o final da década de 1970, ocorreu de forma acelerada na região Centro-Oeste e no Mato Grosso do Sul na década de 1970. Este ciclo extensivo no Estado é marcado pelo esgotamento da fronteira agrícola na região Sul e o início da expansão desta no Centro-Oeste, tendo Mato Grosso do Sul como o local estratégico para esta abertura. Contudo, este ciclo é marcado pela redução de propriedades individuais e aumento de empresas agrícolas e cooperativas no meio rural, melhorando de forma modesta a distribuição de terras e a remuneração dos trabalhadores.

Já no ciclo de produção intensiva foi nítido o aumento da população urbana em relação com a população rural, intensificando o êxodo rural ou a urbanização do Estado. Logo, a mão de obra passou a ocupar taxas crescentes as atividades não agrícolas a partir de 1980, quando analisado por População Economicamente Ativas (PEA). Estes aspectos trouxeram uma decrescente ocupação de mão de obra ocupada em atividades agropecuárias, porém, o estado obteve crescimento desta mão de obra no total dos setores de atividades acima das taxas de crescimento nacionais.

Notou-se também que as pessoas ocupadas para a produção de bens agrícolas ou pecuários para a própria alimentação da unidade domiciliar (consumo próprio) vêm aumentando durante as décadas. Além destas novas configurações de atividades agrícolas, são necessárias políticas públicas que disseminem tecnologias e novas técnicas de produção para à pequena propriedade, ou seja, é o momento de inverter o processo de modernização, não sendo exclusivamente para grandes propriedades como ocorrera em seu início, e que o tornou excludente ao longo das décadas.

Neste contexto, o desenvolvimento rural brasileiro sempre teve dois aspectos que se permite refletir: pois, sempre foi voltado ao mercado internacional, com prioridades na produção em larga escala de *commodities*, tornando sua vulnerabilidade cada vez mais externa do que interna. E, sempre foi excludente, necessitando cada vez mais de reformas na estrutura agrária e na melhoria das condições de vida da população rural e conseqüentemente nas condições de emprego e renda, ou seja, é necessário cada vez mais o apoio de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Notas

¹ Homologado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste em 2009, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007- 2020) tem como objetivo orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, bem como preparar a região para os desafios do futuro.

² Para que a agricultura se tornasse consumidora de insumos modernos, produzidos pelo setor industrial, foi necessária a introdução de incentivos, que teve na Política Nacional de Crédito Rural o carro chefe de todo o processo (TERRA, 2006, p. 08).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALVES, Eliseu. Agricultura itinerante ou moderna na Região Amazônica? **Revista de Política Agrícola**. Ano XVII, nº 02, 2008.

FERRERA DE LIMA, Jandir. **La diffusion spatiale du développement économique regional**. Sarabruk: Editions EUE, 2010.

FERRERA DE LIMA, Jandir; PIACENTI, Carlos A.; ALVES, Lucir R. Ciclos de produção extensiva e intensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupação da mão-de-obra agrícola (1960-2000). **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, Montreal: vol. 30, nº 60, p. 93-116, 2005.

FERRERA DE LIMA, Jandir; ALVES, Lucir Reinaldo; PIFFER, M. ; RIPPEL, Ricardo. Ruptura Estrutural na Economia Regional Paranaense. In: **IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos ENABER**, 2011, Natal RN. Anais IX ENABER. Sao Paulo: ABER, vol. 01. p. 01-18, 2011.

GADELHA, Edmar; MALUF, Renato. **S. Contribuições da produção para autoconsumo no acesso aos alimentos**. Democracia Viva, Rio de Janeiro, p. 40 - 43, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Evolução do emprego rural na década de 80. In **O mundo do trabalho: Crise e Mudança no Final do Século**, editado por Carlos Alonso de Oliveira, José Eduardo L. Matoso, José Francisco Siqueira Neto, Márcio Pochman e Marco Antônio de Oliveira, 619-640. Campinas CESIT/Scritta., p. 619-640, 1994.

_____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, p.1-40, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia. Belo Horizonte: Maio de 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censos Agropecuários (vários anos)**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> 2015. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (vários anos)**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> 2015. Acesso em: 10 dez. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em setembro de 2015.

KON, Anita. Novas territorialidades: transformações nas hierarquias econômicas regionais. **Pesquisa & Debate**, SP vol.10, nº 1(15), p. 42-76, 1998.

MARANGONI, José Carlos. Relações de trabalho na agricultura paulista no período recente. Campinas, SP. **Tese de Doutorado** – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/>. Acesso em: 23 dez. 2015.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Estado e estrutura produtiva no Mato Grosso do Sul meridional, Brasil: **transformações recentes**. In: Anais do VI Congresso de Geografia de America Latina. Valladolid/Es: Do Solles multimedia, 2001.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados – MS**. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, USP. São Paulo, 2000.

TERRA, Ademir. A Modernização Agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. In: II Encontro de Grupos de Pesquisa, 2006, Uberlândia - MG. **II Encontro de Grupos de Pesquisa - Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**. Uberlândia, 2006.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio. Apresentação. In: BUAINAIN, M. A.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira**. Brasília, DF : Embrapa, 2014.

VIEIRA, Rosele M. MISSIO, Fabrício J. DATHEIN, Ricardo. **Análise estrutural-diferencial do mercado formal de trabalho em Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013.

Recebido em 31/03/2016. Aceito para publicação em 20/12/2016.
--